

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 175.2.52.0**

**DATA: 26/08/04**

**TURNO: Matutino**

**TIPO DA SESSÃO: Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 10h42min**

**TÉRMINO: 13h06min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

<b>Hora</b>	<b>Fase</b>	<b>Orador</b>
<b>11:48</b>	<b>CG</b>	<b>ANTONIO CARLOS MENDES THAME</b>

**Obs.:**

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 175ª Sessão, em 26 de agosto de 2004

Presidência dos Srs. ....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

ÀS 10 HORAS E 42 MINUTOS COMPARECEM OS SRS.:

- João Paulo Cunha
- Inocêncio Oliveira
- Luiz Piauhyllino
- Geddel Vieira Lima
- Severino Cavalcanti
- Nilton Capixaba
- Ciro Nogueira
- Gonzaga Patriota
- Wilson Santos
- Confúcio Moura
- João Caldas



### **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

### **II - LEITURA DA ATA**

**O SR.** ....., servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Passa-se à leitura do expediente.

**O SR.** ....., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

### **III - EXPEDIENTE**



**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Finda a leitura do expediente, passa-se à

#### **IV - COMISSÃO GERAL**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Paulo Cunha) - Neste momento, transforma-se a sessão plenária em Comissão Geral para debate acerca do tema *O Biodiesel e a Inclusão Social*.

Convido para compor a Mesa o Deputado Ariosto Holanda, autor do presente trabalho e responsável pelo requerimento de conversão desta sessão em Comissão Geral.

Convido igualmente o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame a fazer parte da Mesa dos trabalhos. S.Exa. também é profundo conhecedor do assunto.

Sras. e Srs. Deputados, nossos convidados, senhoras e senhores, com muita honra abrimos a sessão plenária da Câmara dos Deputados, transformada em Comissão Geral, para o lançamento do *1º Caderno de Altos Estudos — Biodiesel e Inclusão Social*. Reunimo-nos, também, para comemorar o primeiro ano de reinstalação do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o evento de que participamos se reveste de significado ainda maior.

Em países verdadeiramente democráticos — e entre eles pode-se, hoje, inscrever o Brasil —, cumpre ao Legislativo não apenas debater as grandes questões que importem à sociedade e produzir as leis que interessem à Nação, mas, também, estudar os problemas, analisar as matérias que efetivamente se relacionem ao desenvolvimento econômico e à prosperidade social. Estudo e análise que ocorram em termos mais prospectivos que retrospectivos, ou seja, que



contemplem a importância histórica do objeto em discussão, mas, principalmente, considerem o valor que possam ter para o destino do povo e para o futuro do Estado.

Assim, aos membros de um Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, como o da Câmara dos Deputados, cumpre buscar a antevisão dos problemas, a previsão das dificuldades, a antecipação dos desafios, de maneira que se adiantem aos problemas para que possam propor ações, e não somente reações. É o papel que também desempenha a universidade, como instituição em que se pensa o processo político, o momento econômico e a realidade social de um país.

Reinstalado há 1 ano, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica desta Casa começou, muito significativamente, por discutir o tema *O Biodiesel e a Inclusão Social*. Pelo interesse econômico e pela relevância social da matéria, não há dúvida quanto ao acerto da escolha, como prova o *1º Caderno*, que hoje se lança. Reúnem-se, na publicação, estudos de natureza técnica, econômica e social que demonstram a viabilidade do combustível, a que também se dá o nome de “diesel vegetal”.

Todo esse trabalho não seria possível sem a grata e boa colaboração do Deputado Ariosto Holanda, autor, como eu já disse, do requerimento que deu ensejo a esta sessão.

A questão é, de fato, da maior relevância para o Brasil. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 1999 — portanto, há 5 anos —, consumimos cerca de 37,5 bilhões de litros de óleo diesel, dos quais importamos aproximadamente 5,3 bilhões de litros. Nos últimos 10 anos, o aumento médio anual



de consumo do produto no Brasil é de 5%, índice que tende a elevar-se em razão da crescente demanda energética.

Os sucessivos recordes que bate o preço do barril de petróleo outra vez nos convencem: mais do que uma *commodity*, o petróleo é arma política, instrumento de pressão econômica, recurso de que dispõe o cartel de produtores para dar resposta, muitas vezes, à força militar e ao poder das grandes economias. Ficam os consumidores, como o Brasil, sujeitos a variáveis que vão das lutas no Oriente Médio aos problemas soviéticos. Continuar nessa corda bamba é risco econômico, imprudência política, incerteza que nos ameaça o presente e nos compromete o futuro.

Nesse panorama, surge o biodiesel como excelente opção, dado ser um combustível que provém de fontes renováveis. Dispomos, no Brasil, de oleaginosas que são matérias-primas de superior qualidade para a obtenção do produto: mamona, dendê, soja, babaçu e girassol, entre outras espécies da flora nacional. A par das condições edafoclimáticas que nos beneficiam, devem as políticas públicas concernentes à produção e à comercialização do biodiesel buscar, sobretudo no semi-árido nordestino, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, com ênfase na produção em pequena escala.

O futuro, como se vê, é promissor, para que venha o biodiesel a atender parte da demanda dos veículos automotores, das máquinas agrícolas e dos equipamentos industriais que impulsionam a economia brasileira. Ao Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados — na pessoa do seu Presidente, o ilustre Deputado Luiz Piauhyllino —, o reconhecimento pelo trabalho que



engrandece a nossa Casa, onde a cada manhã retomamos a luta pelo desenvolvimento do Brasil e pela prosperidade do povo brasileiro.

Obrigado a todos pela presença. Que façamos uma boa sessão nesta manhã!  
*(Palmas.)*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Paulo Cunha) - Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, como não poderia deixar de ser, Deputado Ariosto Holanda. S.Exa., que representa o Conselho, é o autor desta publicação e o grande conhecedor da matéria nesta Casa.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, para mim, esta sessão é histórica na vida deste Parlamento e, por que não dizer, do País.

A presente Comissão Geral, convocada para discutir o Projeto Biodiesel, ao reunir Parlamentares e representantes do Executivo e de segmentos da sociedade — empresários, Secretários de Estado, diretores de instituições, professores, pesquisadores, reitores —, procura também apontar soluções para sua viabilidade técnica, econômica, financeira e social.

Nesse contexto, Sr. Presidente, o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, órgão de assessoramento da Mesa Diretora desta Casa, reinstalado por V.Exa., e tendo como primeira missão o estudo do biodiesel sob a ótica da inclusão social, tem a honra de apresentar nesta sessão o resultado de sua avaliação.

Na condição de relator, destaco nesta oportunidade os integrantes do Conselho de Altos Estudos.

Presidente: Deputado Luiz Piauhyllino.

Membros titulares: Deputadas Luiza Erundina e Telma de Souza; Deputados Félix Mendonça, Gilmar Machado, João Paulo Gomes da Silva, José Ivo Sartori, José Linhares, Luiz Carreira, Luiz Bittencourt e Paulo Bauer.





Membros suplentes: Deputados Carlos Nader, Dr. Pinotti, Ivan Valente, José Rocha, Júlio Redecker, Julio Semeghini, Lincoln Portela, Moreira Franco, Renato Casagrande, Roberto Jefferson e Walter Pinheiro.

Membros das Comissões: Deputado Leonardo Vilela, da Comissão de Agricultura; Deputado Eduardo Gomes, da Comissão de Minas e Energia; e Deputado Nelson Proença, da Comissão de Ciência e Tecnologia. Todos foram indicados pelas Lideranças de seus partidos.

O Conselho não mediu esforços para que chegássemos a conclusões extremamente relevantes sobre o Projeto Biodiesel.

A sistemática dos trabalhos permitiu que aproximássemos o Parlamento da academia e do Executivo, buscando não só identificar o estado da arte da tecnologia, mas encontrar o caminho que resultasse na massificação da geração de trabalho e distribuição de renda.

Ao incorporar os dados das audiências públicas realizadas pelas Comissões de Ciência e Tecnologia; Minas e Energia; Agricultura; Meio Ambiente; Amazônia, procuramos não só consolidar as contribuições, mas integrá-las dentro de uma visão sistêmica do projeto.

O resultado dessa integração encontra-se na publicação distribuída aos senhores, intitulada *Conselho de Altos Estudos 1, Biodiesel e Inclusão Social — A Câmara Pensando o Brasil*.

Cabe-me agora apresentar, de modo sucinto, o que consta neste trabalho.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa transparência que mostra a primeira parte do trabalho procura apontar o estado da arte do biodiesel no País e no mundo, envolvendo os aspectos da



tecnologia, da matéria-prima, do mercado, as referências bibliográficas do conhecimento científico e tecnológico.

Como falo para pesquisadores e professores, aproveito para dizer que estamos abertos para receber qualquer indicação que possa melhorar nosso trabalho. Talvez sejam necessárias algumas correções, e assim se favorece a aproximação do Conselho à academia.

Aqui os senhores podem ver a grande diversidade de matéria-prima, biomassa, existente em todo o território nacional, adequada à produção do biodiesel.

Vejo o Prof. Bautista Vidal, que sempre levantou a bandeira da biomassa como salvação da energia do País.

Como bem salientou o Presidente, temos riqueza muito grande em dendê, mamona, soja, babaçu, girassol, principalmente na Amazônia, que é muito rica na área de biomassa.

O biodiesel hoje já é produzido e comercializado em vários países da Europa, onde há postos com bombas iguais às de gasolina que nos permitem o abastecimento com esse combustível, que está sendo incentivado por sua característica não poluente.

Apesar de existir tecnologia nacional, algumas rotas precisam ser ainda otimizadas. A rota da transesterificação via metanol, por exemplo, já dominamos. Há também externalidades positivas, substituição da importação do *diesel* — hoje, importamos aproximadamente 6 bilhões de litros — e benefícios ambientais e sociais.

Nessa transparência, há importante análise. O consumo total de *diesel* no País é de 37,6 bilhões de litros, quase 40 bilhões de litros. Desse total, importamos



6,39 bilhões de litros por ano, o que correspondente a 17%. Vemos aí o grande mercado para a entrada do biodiesel em substituição à importação, que gira em torno de 1,5 bilhão de dólares.

Após várias reflexões com base nos indicadores B2, B5, B10 e B20, chegamos à conclusão de que, se alcançarmos o B20, zeraremos a importação. Devemos, portanto, perseguir esse número, porque teremos um mercado da ordem de 7 bilhões de litros, com geração de emprego e distribuição de renda, principalmente no meio rural.

Na segunda parte, destaco essa transparência que mostra a foto do pavilhão montado em frente à Câmara dos Deputados, onde muitos tiveram oportunidade de conhecer as diferentes instituições que já trabalham com biodiesel. Abrimos a exposição, que contou com a presença da Ministra Dilma Rousseff e do Presidente João Paulo, eles visitaram o *stand*.

Na próxima imagem, podemos ver aquela máquina da EMBRAPA, que demonstrou a viabilidade via craqueamento térmico.

A imagem seguinte mostra o avião Hércules que transportou a unidade de biodiesel que veio do Ceará e foi montada pelo Prof. Expedito Parente, que se encontra aqui. Essa unidade de biodiesel funcionou na frente da Câmara, processando óleo de mamona e de babaçu. Acionando-a, lá atrás, podemos ver esse grupo gerador da MAQUIGERAL, que estava queimando o biodiesel.

Agora vemos outros espaços do pavilhão.

Foi uma exposição muito rica, contou com a participação de diversas instituições: pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto Nacional de Tecnologia — INT; pelo Ministério de Minas e Energia, o Centro de Pesquisa da



PETROBRAS — CENPES; pelo Ministério da Agricultura, a EMBRAPA; Universidade de Brasília; Tecnologias Bioenergéticas Ltda. — TECBIO, com aquela unidade que apresentamos; Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial — NUTEC; Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará; Universidade Federal do Paraná; CERBIO, também do Paraná; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná; Universidade Federal do Rio de Janeiro; USP; Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas — LADETEL, de São Paulo; ECOMAT; MAQUIGERAL; Expresso Guanabara. Foi, como eu disse, um momento muito rico, em que os expositores apresentaram todas as tecnologias já disponíveis no País.

Quanto à terceira parte, menciono a videoconferência, viabilizada pelo Sistema INTERLEGIS, que interligou 10 Assembleias Legislativas do País. Foi um momento de interatividade muito importante. Na abertura, estavam presentes o Presidente João Paulo Cunha e a Ministra Dilma Rousseff.

Transcrevemos, na terceira parte deste documento, a íntegra das conferências dos expositores: o Secretário Francelino Grandó, que falou sobre as políticas públicas do programa nacional; a ex-Deputada Irma Passoni, representante das instituições do terceiro setor, que tratou do desnivelamento regional e de geração de trabalho; o Prof. Expedito Parente Júnior, que fez uma análise comparativa entre etanol e metanol; o Sr. José Domingos Fontana, do TECPAR, do Paraná, que discorreu sobre biodiesel, processo de produção e auto-suficiência energética para pequenas comunidades; o Sr. Carlos Khalil, do CENPES, que abordou economicidade e sustentabilidade do processo de produção do biodiesel; o Sr. Horta Nogueira, da ANP, que falou sobre barreiras a superar; representante do Instituto Volta ao Campo, que discorreu sobre combustíveis renováveis, emprego e



renda; o Sr. Eudoro Santana, Diretor-Geral do DNOCS, cujo tema foi biodiesel e a sua sustentabilidade no semi-árido nordestino; a Sra. Maria das Graças Foster, Secretária do Ministério de Minas e Energia, que apresentou um pré-estudo de viabilidade técnica e econômica no semi-árido nordestino; o Sr. José Nilton de Souza, do Ministério da Agricultura, que falou sobre biodiesel e o desafio da inclusão social; o Sr. Paulo Porto, Diretor da Expresso Guanabara, que tratou de biodiesel e o transporte de passageiros no Brasil; e o Dr. Expedito Parente que falou sobre o biodiesel no plural, oportunidades e ameaças do programa nacional.

A quarta parte talvez seja a mais importante. O Conselho se reuniu e decidiu pela apresentação de um projeto de lei que tivesse, sobretudo, a visão da inclusão social, porque os indicadores sobre concentração da renda, analfabetismo e desemprego são preocupantes.

No gráfico que agora se apresenta, podemos observar resultado de um estudo do IPEA realizado entre 1997 e 2000. A curva que vemos é o chamado coeficiente de Gini, que mede a concentração da renda. Observe-se que ela se mantém praticamente sem nenhuma alteração, com um coeficiente de cerca de 0,60. Num país com boa distribuição de renda, esse valor seria de aproximadamente 0,30 ou 0,20.

Isso preocupa a todos nós, por isso temos que, com esse programa, encontrar um caminho para diminuir esse quadro de concentração de renda, analfabetismo e desemprego.

No presente gráfico, ainda mais claro, podemos ver que 10% dos mais ricos detêm 50% da riqueza do País, enquanto 50% dos mais pobres detêm apenas 10% da riqueza. Há que se lutar contra isso.



Na transparência que se segue, podemos ver aquela que, para mim, é a grande responsável por nossos indicadores sociais mais graves: a educação. Fortes são os números que revelam o analfabetismo funcional. Os números apresentados são recentes, de 2003, tomados pelo IBGE e pelo INAF, e mostram o quadro do analfabetismo brasileiro. Observem que a população de 15 a 64 anos é composta por 112 milhões de brasileiros. Desses, segundo o IBGE, 9 milhões, ou 8%, são analfabetos, ou seja, não sabem ler nem escrever; 33 milhões têm escolaridade muito baixa, ou seja, mal sabem ler e escrever e são incapazes de interpretar textos, e 41 milhões possuem baixa escolaridade, ou seja, sabem ler e escrever, mas desconhecem para que serve saber ler e escrever.

Esse é o verdadeiro cancro do País. Hoje, são apenas 25% de habilitados, ou seja, 28 milhões. Na média, são 60 milhões de brasileiros que não vão entrar no mercado de trabalho, se a economia crescer na rota de grandes conhecimentos tecnológicos. Essa população está fora.

Pode-se perceber que, com esse projeto de inovação, que deve ser perseguido, incentivado, vamos chegar a situação em que haverá muitas pessoas procurando emprego, e, na contramão, o trabalho estará procurando o profissional.

Foi aí que enxergamos o biodiesel como um caminho para incluir essa população de analfabetos funcionais. O povo do interior sabe trabalhar com a mamona, com o dendê, com a soja. Não é preciso um grande conhecimento para plantar, cultivar, processar, extrair o óleo de uma oleaginosa.

Dessa forma, deparamos com essas 2 questões, que devem estar presentes em nossas mentes, a fim de que tenhamos esse compromisso com o social. Como gerar trabalho e distribuir renda num meio onde parte da população é analfabeta e



---

sem qualificação profissional? O que fazer com milhões de trabalhadores cuja força de trabalho é cada vez menos exigida ou nem mais o é? Esses trabalhadores são o que chamo de os analfabetos funcionais, e são em grande número.

Uma vez, numa exposição, perguntei o que quer dizer MST. Dizem que é o Movimento dos Sem-Terra. Por que não é movimento dos sem-trabalho? Por que não é movimento dos sem-tecnologia?

Para mim, o maior foco do biodiesel é o atingimento dessa população, por meio de um projeto em que não se exigirão grandes conhecimentos tecnológicos, incluindo-a. Hoje, só há 2 caminhos para incluirmos esse universo de brasileiros: o biodiesel, que estamos apontando, e a construção civil, que ainda emprega muitos desses trabalhadores. As estratégias para o crescimento do País que estão alicerçadas no saber e na inovação tecnológica deixam de fora essa população de analfabetos funcionais, são aproximadamente 60 milhões.

Se temos tecnologia, matéria-prima e mercado em potencial, precisamos só de vontade política, que já foi manifestada pelo Presidente Lula de maneira clara. S.Exa. sempre se declarou em defesa do projeto relativo ao biodiesel, bem como seus Ministros.

Falta agora o Parlamento cumprir a sua parte, discutindo, aperfeiçoando e votando projeto de lei suprapartidário. Esse projeto de lei é assinado pelos 12 Deputados do Conselho e tem o apoio de todos os Líderes, que pedem sua discussão em regime de urgência. Ouvindo o Executivo, poderemos melhorá-lo, pensando outros a ele, como o do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, criando uma sinergia entre Parlamento, Executivo e comunidade.



A próxima transparência é sobre pontos importantes do projeto de lei. Trata-se de tópicos polêmicos que precisam ser discutidos com o Executivo e servem como início de provocação: isenção de impostos da cadeia produtiva para o pequeno produtor; linhas de crédito diferenciadas nos bancos de desenvolvimento; percentual de mistura mínima obrigatória, de 2%, de início, para criar mercado; e definição de reserva de mercado nas regiões mais deprimidas.

Sr. Presidente, antes de encerrar este pronunciamento, quero agradecer, em primeiro lugar, a V.Exa, por sua participação decisiva na implantação desse conselho, quando abriu todos os caminhos do Parlamento para que chegássemos a este estudo, que teve a qualidade de aproximar a academia do Parlamento e do Executivo. Este trabalho foi feito a 3 mãos. O Conselho, ao se acercar da academia, dará importantes respostas à discussão de temas relevantes.

Agradeço também ao Deputado Luiz Piauhyllino, que teve atuação muito importante na condução do projeto; aos coordenadores, os heróis anônimos deste projeto, e destaco o Coordenador-Executivo, Paulo Motta; seu adjunto, Luiz Mário; o Coordenador Técnico e Consultor Legislativo Paulo César Ribeiro; Ely Borges, que fez a diagramação; os consultores legislativos responsáveis pela revisão; os diretores da Casa que abriram as portas para que este trabalho tivesse qualidade: Ricardo José Pereira Rodrigues e seu adjunto, Ribamar Soares; o Diretor-Geral, Sérgio Contreiras; o Diretor da SECOM, Márcio Marques de Araújo; o Diretor Administrativo, Fábio Holanda, e todos os funcionários que, direta ou indiretamente, trabalharam nesse projeto.





Agradeço a todos por atenderem ao nosso convite, o que só engrandece este trabalho. Reafirmo que o Conselho de Altos Estudos está de braços abertos àqueles que quiserem fazer correções.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado João Paulo Cunha) - Convido a Sra. Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, que representa a Ministra Dilma Rousseff, a usar da palavra, e passo a presidência da sessão ao nobre Deputado Ariosto Holanda.

**A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER** - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado João Paulo Cunha, Deputado Ariosto Holanda, Sras. e Srs. Deputados presentes, em nome da Ministra, trago algumas palavras importantes, fruto desse projeto do biodiesel.

Temos acompanhado o Deputado Ariosto Holanda nesse projeto e todos aqueles que aderem aos princípios da inclusão social por meio do nobre trabalho de trazer para a matriz energética do nosso País um combustível renovável.

Temos um trabalho intenso, fruto das várias ações da Comissão Executiva Interministerial, criada por decreto presidencial editado no dia 23 de dezembro de 2003. O nosso colega Rodrigo Rodrigues, da Casa Civil, coordena as atividades dessa Comissão Executiva. Contamos também com ações de vários Ministérios, como o de Ciência e Tecnologia, o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o da Integração Nacional, o de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o da Fazenda, o de Minas e Energia, o da Agricultura e o de Desenvolvimento Agrário. De acordo com o nosso plano de trabalho, o projeto do biodiesel deve ocorrer com a inclusão social.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem-se dedicado extremamente à questão social, para que seja uma meta tão ou mais importante do que a que provém da lei de mercado, que efetivamente mantém o combustível sustentável. Temos dedicado especial atenção às questões sociais.



Falarei aos senhores sobre alguns resultados desse plano de trabalho. Firmamos o compromisso com nossos Ministros e com o Presidente da República de que, até o último dia útil do mês de novembro, será autorizada oficialmente, pela primeira vez no Brasil, a adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo. Para isso, muito trabalho tem sido feito. Toda a organização, regulação e portarias que regem os combustíveis líquidos no Brasil estão sendo modificadas pela Agência Nacional do Petróleo.

Neste momento, estamos trabalhando numa alteração na Lei nº 9.478, de 1997, que disciplina as questões relativas ao petróleo, a fim de que a Agência Nacional do Petróleo possa efetuar a fiscalização e a regulação do biodiesel. Para isso, 14 portarias estão sendo revistas e precisam ser submetidas à audiência pública até o final do mês de novembro.

Toda a logística de distribuição está sendo revista, de tal forma que o biodiesel seja um elemento positivo no mercado de combustíveis líquidos, tão sacrificado por práticas ilegítimas em nossa sociedade.

Tem sido extremamente relevante o suporte tecnológico oferecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Hoje, às 16h, haverá um ato extremamente importante, que traz, num futuro muito próximo, um encurtamento da nossa curva de aprendizado na questão do biodiesel.

O álcool é a grande inspiração desse programa. O suporte tecnológico e os recursos financeiros do Ministério da Ciência e Tecnologia, a partir de hoje, vão para os Estados, a fim de conduzir uma série de atividades, para que a nossa curva de aprendizado seja acelerada e para que o nosso biodiesel se torne ainda mais competitivo.



Há uma proposta que está sendo discutida no Ministério da Fazenda com relação à tributação do biodiesel. Em qualquer lugar do planeta, os combustíveis não-fósseis e não-físseis, os renováveis, têm o modelo de tributação diferenciado, de tal forma a serem competitivos. O nosso biodiesel precisa de revisão na formação de preços para que possa competir nas distribuidoras de combustível. Entretanto, se compararmos com o petróleo, que custa 45 dólares o barril, o nosso biodiesel por si só é competitivo. Temos trabalhado assiduamente, de tal forma que o biodiesel já esteja no mercado a partir de novembro.

Não poderia deixar de apontar aqui a questão da qualidade do biodiesel. Pela primeira vez, fizemos um interlaboratorial com 8 produtores de biodiesel, evidentemente, em escala piloto.

Houve também um trabalho conduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Agência Nacional do Petróleo, com a colaboração do INT, do Centro de Pesquisas da PETROBRAS e de vários agentes com base tecnológica forte e consolidada para avaliar a qualidade do biodiesel. Misturaremos biodiesel de absoluta qualidade ao diesel de petróleo. O nosso biodiesel de petróleo é referência mundial. Serão investidos 6 bilhões de dólares nos próximos 4 anos, para que a qualidade seja tão boa quanto a do diesel de petróleo.

Registro que o biodiesel de melhor qualidade até então encontrado é o do nosso Prof. Expedito Parente, produzido através da mamona, que praticamente se aproximou, em 2 laboratórios, da perfeição da especificação, numa primeira batelada. A terceira amostra, recentemente analisada, mostrou um biodiesel perfeito, totalmente enquadrado. Professor, faço questão de fazer aqui este registro.



Houve muito trabalho e dedicação. Gostaria de destacar a importância da inclusão do biodiesel na matriz energética e das pessoas que o produzem, porque são elas que farão e fazem a diferença do nosso País.

Parabenizo todos os meus colegas na Coordenação do Programa Biodiesel, a PETROBRAS, o BNDES e a BR Distribuidora. Peço uma salva de palmas ao nosso professor, que sem dúvida é uma referência na busca da qualidade do biodiesel do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Agradeço à Dra. Maria da Graça Silva Foster a participação.

*Durante o discurso da Sra. Maria das Graças Silva Foster, o Sr. João Paulo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ariosto Holanda, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Peço aos oradores compreensão no sentido de que respeitem o prazo máximo de 5 minutos, porque há vários inscritos, inclusive Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Rollemberg, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** - Saúdo o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, o Congresso Nacional, na figura de seus Parlamentares, especialmente o Deputado Ariosto Holanda, os Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia presentes, os empresários e a comunidade científica.

Há 2 semanas, tive a oportunidade de participar de uma reunião, no Palácio do Planalto, do Grupo de Trabalho Interministerial do Biodiesel, com produtores de biodiesel, Ministros de Estado e o Presidente da República.

Naquela ocasião, senti orgulho de ser brasileiro. Presenciei um momento histórico do País. Cumprimento todos os membros do grupo de trabalho, do qual agora faço parte, na condição de suplente do Dr. Francelino Grandó, Secretário de Políticas Tecnológicas do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que para mim é uma honra, pela forma competente com que S.Sa. conduz esse programa no âmbito do Ministério.

Considero o programa do biodiesel um dos mais importantes do País, em função principalmente das vertentes ambiental e social.

A redução significativa de emissão de gás carbônico e de resíduos tóxicos na atmosfera, por si só, já justificaria a adoção do programa.

A meu ver, ainda mais importante que isso é a geração de emprego em regiões muito pobres do País, como o semi-árido nordestino e a região amazônica.



As conclusões apresentadas pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica são impressionantes. No capítulo *Motivações para produção do biodiesel*, o estudo conclui que para cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel, produzido com a participação da agricultura familiar, podem ser gerados cerca de 45 mil empregos no campo, com renda média anual de 4 mil e 900 reais por emprego.

Admitindo-se ainda que, segundo o estudo, para cada emprego no campo são gerados 3 empregos na cidade, estamos falando de 180 mil empregos para cada 1% de substituição de óleo diesel.

O estudo segue comparando e demonstrando que enquanto na agricultura empresarial se emprega 1 trabalhador a cada 100 hectares cultivados, na agricultura familiar a relação é de 1 trabalhador para cada 10 hectares.

Por um lado, todos os indicadores apontam que as cotações internacionais do preço do petróleo deverão estar cada vez mais altos. Por outro, a pressão legítima por melhor qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades, como já vem acontecendo na Europa, exigirá a utilização de combustíveis renováveis.

Confiando na capacidade científica brasileira, já comprovada na indústria aeronáutica, petrolífera e na agricultura, capitaneada pela nossa EMBRAPA, podemos afirmar com tranquilidade que os problemas de ordem tecnológica serão, como estão sendo, superados. A cada dia teremos variedades de oleaginosas mais produtivas, mais resistentes e mais adaptadas às condições de solo, clima e altitude, o que tornará cada mais competitiva a cadeia do biodiesel.

Considero que o nosso grande desafio é não nos afastarmos da decisão política do Presidente Lula, reafirmada pelo Ministro Eduardo Campos, de



transformar o biodiesel em um grande programa de inclusão social, sobretudo, para o semi-árido e para a Amazônia.

Para isso, temos de ter muito claro que a base produtiva do biodiesel deve ser a agricultura familiar e que devemos resgatar, com a máxima força e máxima urgência, o papel da extensão rural.

Consideramos absolutamente indispensável a participação da extensão rural e da extensão universitária no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, especialmente voltada para a produção de biodiesel.

Quero lembrar que uma das grandes vocações do semi-árido é a pecuária, responsável pela manutenção de várias famílias. Por isso, devemos sempre buscar a integração das lavouras com a pecuária. Mais uma vez confiando na capacitação científica brasileira, considero importante dominar completamente a tecnologia de desintoxicação da torta da mamona, para que possa ser utilizada como ração animal.

Quero informar que a Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia está empenhada em resgatar a cultura do algodão no semi-árido nordestino, por entender o enorme potencial daquela cultura para promover a inclusão social em toda a cadeia produtiva. Na semana que vem, em Mossoró, iniciaremos uma plataforma tecnológica com o objetivo de implantar um arranjo produtivo local.

Parabenizo o Conselho de Altos Estudos, na figura do Deputado Ariosto Holanda, que tem sido um mestre, um exemplo de homem público, e com quem tive o prazer de conviver no PSB. Vocês todos estão de parabéns!

Muito obrigado. (*Palmas.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Com a palavra o Deputado Félix Mendonça, membro do Conselho de Altos Estudos.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, a realização desta Comissão Geral é um fato muito importante para esta Casa. Comemoramos 1 ano de instalação do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, ao mesmo tempo em que fazemos o lançamento do primeiro volume do *Caderno de Altos Estudos — Biodiesel e Inclusão Social*.

Quando, no futuro, este dia for visto em perspectiva, perceberemos que estamos inaugurando uma nova fase da contribuição do Parlamento para o debate acerca das grandes questões nacionais e do conhecimento sobre elas produzido.

Senhoras e senhores, quero agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, o apoio que recebemos, e que propiciou que todos pudéssemos fazer esse trabalho. Ele é também, sem dúvida, um grande mérito do Deputado Ariosto Holanda, que, com sua obstinação e com seu conhecimento, conseguiu produzir este primeiro grande projeto do nosso Conselho. E, no futuro, teremos outro estudo, sobre a nossa dívida pública brasileira, também muito importante e que, sem dúvida, vai ter a participação de todos desta Casa.

Quero parabenizar também aqueles que participaram desta jornada: os Srs. Parlamentares membros do Conselho; o Presidente do Conselho, Deputado Luiz Piauhyllino; a Consultoria Legislativa, cujo Diretor, Ricardo Rodrigues, é também Secretário-Executivo do Conselho; o Coordenador-Executivo do Conselho, Paulo Motta; o Consultor Legislativo Paulo César Ribeiro Lima, que elaborou estudo



---

preliminar sobre a questão do biodiesel; e os demais funcionários desta Casa que contribuíram para o êxito deste empreendimento.

A importância desta publicação sobre o biodiesel e o trabalho que a precedeu no Conselho de Altos Estudos deve-se, entre outras coisas, ao fato de que ela conseguiu, de forma magistral, tocar no âmago do que poderíamos chamar de “questão brasileira hoje”.

Muito se tem discutido a respeito dos problemas nacionais, sobretudo após a posse do Governo Lula, cercada de enorme expectativa por parte da população.

Ainda que a realidade seja complexa e envolva muitos aspectos igualmente importantes, existe um ponto para o qual convergem todas as análises e críticas da organização da nossa sociedade. Esse ponto é a questão da desigualdade social. Ele é apontado como o grande obstáculo à integração e ao desenvolvimento das forças criadoras do País.

Mas, para compreender esse fenômeno, devemos ter em conta que a desigualdade é, sobretudo, regional. A repartição dos investimentos, do emprego e da riqueza é feita de forma injusta e até perversa entre as regiões.

Para combater as desigualdades, precisamos oferecer oportunidades iguais aos diferentes cidadãos em diferentes regiões do País.

É esse exatamente o grande mérito do projeto do biodiesel. Não é apenas mais uma opção de investimento para a cadeia produtiva. É isso também. Mas é mais do que isso: o biodiesel é uma tecnologia integrada e direcionada para a realidade brasileira.

Implantada de acordo com o que ficou estabelecido no Projeto de Lei nº 3.368, de 2004, que foi consequência dos trabalhos realizados no âmbito do



---

Conselho de Altos Estudos, essa nova tecnologia poderá criar um novo ciclo virtuoso de geração de emprego e renda nas regiões mais pobres do País.

Existe uma certa obsessão com o crescimento econômico hoje no Brasil. A preocupação é muito justa. Mas há que se perguntar que tipo de crescimento estamos tendo ou queremos.

O programa do biodiesel não apenas ajuda a crescer a economia, mas o faz dando oportunidade a quem mais precisa.

Na Bahia, meu Estado, temos uma grande quantidade de terra disponível. Com a produção de mamona, dendê, algodão, soja e qualquer dos cultivares que fornecem a matéria-prima para os óleos combustíveis, será possível dar um enorme salto qualitativo na capacidade produtiva e tecnológica dos pequenos produtores rurais.

Um aspecto muito importante desse processo é que a produção de biodiesel está baseada em tecnologia muito simples. Uma pequena usina pode servir de núcleo aglutinador para cooperativas que servirão de estímulo consistente e duradouro a muitas famílias de produtores.

Para romper o ciclo vicioso da miséria no campo, devemos nos apoiar em 3 pilares fundamentais: tecnologia, financiamento e estrutura fundiária. O projeto do biodiesel é capaz de induzir a transformação que todos esperam. Não tenho a menor dúvida de que a resposta dos produtores será rápida, surpreendente. A Bahia há de confirmar essa expectativa.

Para usar uma metáfora muito cara aos estudiosos da realidade brasileira, os problemas que persistem entre nós são consequência de erros localizados já na raiz



de nosso processo de colonização e desenvolvimento. Se queremos melhores flores e frutos, precisamos corrigir as deficiências e distorções que aí se acumularam.

Ora, as raízes do desenvolvimento nacional estão infestadas com o mal da desigualdade. Para atacar o âmago do problema devemos, como já dissemos, dar oportunidades iguais aos diferentes cidadãos brasileiros, não importa em que região do País eles vivam. Feito isso, a boa seiva nacional fará brotar os ramos de uma sociedade próspera e justa, amparada na solidariedade e na cidadania participativa.

Não é por acaso que o título da publicação que ora festejamos é *Biodiesel e Inclusão Social*. Esse foi o objetivo do estudo. E esse será, com certeza, o resultado das ações que dele se originaram. Inclusão social é antídoto contra desigualdade.

A bem da verdade, a coleção *Caderno de Altos Estudos* começou muito bem. Acertou em cheio quando elegeu o biodiesel e soube captar com precisão o ânimo de todos os que apostaram nas enormes possibilidades contidas na nova alternativa energética criada por brasileiros e desenvolvida para servir a brasileiros.

Um novo choque do petróleo está batendo em nossa porta. Venha ou não se transformar em estopim de nova crise mundial, o certo é que o Brasil tem todas as possibilidades de se transformar em grande fornecedor de energia renovável para o mundo.

Criamos com esse primeiro estudo uma referência de qualidade que vai nortear os trabalhos do Conselho daqui para a frente. Com isso damos um passo decisivo para ampliar a participação da Câmara dos Deputados nos debates científicos e que envolvem os grandes temas nacionais. É isso, afinal, o que os cidadãos esperam do Parlamento. É isso que esperamos de todos os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Concedo a palavra ao Dr. Juan Diego Ferrés, representante da Comissão de Biodiesel da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais — ABIOVE.

**O SR. JUAN DIEGO FERRÉS** - Sr. Presidente, demais presentes, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais está empenhada em cumprir o seu papel nesses trabalhos que o Congresso Nacional e o Conselho de Altos Estudos está desenvolvendo para utilizar o Programa Nacional de Biodiesel como uma poderosa ferramenta de inclusão social no País.

De acordo com os dados apresentados pelo Governo, a cada 1% de biodiesel acrescentado ao diesel brasileiro, seriam gerados 45 mil empregos diretos. Levando-se em conta os empregos indiretos, o total seria de 180 mil empregos, a cada 1%. Portanto, o programa se reveste de um caráter de urgência, pelas necessidades que o País apresenta no atual cenário econômico.

A questão é que o preço do petróleo, de forma crescente, garantiu o valor médio de 25 dólares na década anterior. Na atual década, é de 35 dólares. Isso representa uma curva firme e sustentável de crescimento do preço do petróleo, enquanto o preço dos óleos vegetais apresenta curva decrescente.

É importante que se diga que, entre as motivações do programa de biodiesel, além das econômicas, existem também as estratégicas, pela alta concentração de reservas de petróleo no mundo, e as ambientais, por se tratar de um combustível com enormes benefícios ao meio ambiente.

A cadeia da produção de biodiesel começa na agricultura, desenvolve-se em plantas industriais, que podem ser de pequeno ou de grande porte, e depois requer vasta logística para distribuição ao mercado consumidor.



É necessária uma reflexão sobre como se aproveitar a oportunidade para dar um grande salto de inclusão social no País. O Governo poderia dispor de recursos orçamentários para fazê-lo, mas, é claro, isso não coincide com a atual realidade. Portanto, a alternativa que resta é o uso do mercado, o mercado como bem público, o mercado interno de combustíveis líquidos, ainda mais havendo a coincidência de externalidades positivas do novo combustível que deve ser utilizado. Chegamos, então, imediatamente a um dos pontos polêmicos, diria que o mais polêmico de todos: a questão de a mistura do biodiesel vir a ser obrigatória ou não no futuro.

De acordo com o plano do Governo, será anunciado em novembro de 2004 o marco regulatório, com mistura indicativa ou facultativa de apenas 2%. Defendemos que isso é correto, está muito bem feito, mas deveria ser complementado de forma a que se anunciasse, garantindo o marco regulatório firme, que, após 2 anos, essa adoção fosse obrigatória. Nesse período, respeitando-se o princípio da antecedência, os agentes de produção poderiam fazer os investimentos produtivos que são requeridos.

O Governo precisa usar o mercado interno e deve, por meio de intervenção no mercado, legitimar as suas ingerências, para imprimir no programa os grandes objetivos de promoção social que estão sendo discutidos aqui hoje. A ABIOVE defende que isso seja feito de maneira a permitir a coexistência dos agentes de maior porte com os pequenos e microagentes, sejam agricultores familiares, sejam microprodutores de biodiesel.

Na medida em que o Governo usa o mercado interno e faz ingerências, adquire o direito de garantir, por meio de prioridades e privilégios, a existência daqueles menos favorecidos, daqueles, talvez, menos eficientes, para que possam



sobreviver em uma competição com os grandes agentes. Mas nunca deve haver a visão contrária, a de reprimir a cadeia produtiva de grande porte, que permitirá que o País avance muito mais rapidamente na direção de um combustível renovável que o mundo inteiro está analisando como prioritário. E o Brasil, dentro do cenário internacional, é o país que mais condições favoráveis tem para produzi-lo. A questão toda é que o biodiesel ainda tem um custo levemente superior ao óleo diesel.

Por fim, gostaria de tecer algumas considerações sobre os paradigmas e paradoxos. Não sei se disponho de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Peço que conclua, por favor.

**O SR. JUAN DIEGO FERRÉS** - Todo mundo acha que o biodiesel deve custar menos, e a longo prazo custará. Mas o paradoxo é que é mais fácil administrar um programa de biodiesel em que ele custe mais no início. Caso contrário, quando ele custar menos, difícil será, primeiro, evitar o famoso — plagiando o jornalista Celso Ming — biorrabo-de-galo. A indústria, digamos, da sacanagem, a indústria das liminares, a das misturas e adulterações poderia pôr todo o programa a perder.

Então, em um contexto em que o adicionamento começará com 2%, sendo obrigatório, garantirá que a logística, o controle e a fiscalização por parte da ANP não custem mais que todo o valor agregado ao País. Em custando mais caro, estarão dadas as condições até mais fáceis para se administrar o programa, e o declínio de preço no futuro também vai ser um aprendizado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Gostaria de registrar a presença dos Deputados Federais de El Salvador, Geron Marins e Ernesto Zelayandia, membros da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional de El Salvador. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Registro também a presença do Sr. Fábio Salles Meirelles, 1º Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Presidente do SENAR. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES  
THAME QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ  
POSTERIORMENTE PUBLICADO.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Gostaria de pedir ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame que encaminhasse esses dados, que são muito ricos, ao Conselho de Altos Estudos. Faço igual solicitação aos oradores que antecederam S.Exa. e que tenham dados relevantes, a fim de enriquecer o nosso trabalho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Com a palavra o Secretário de Ciência e Tecnologia da Bahia, Sr. Rafael Lucchesi, representando o Fórum dos Secretários de Ciência e Tecnologia.

**O SR. RAFAEL LUCCHESI** - Sr. Presidente, Deputado Ariosto Holanda, Sras. e Srs. Deputados, Secretários de Ciência e Tecnologia, Diretores de FAAPs, senhoras e senhores, hoje é um dia extremamente importante para o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, pela discussão do projeto de lei sobre o biodiesel e pelo lançamento do *1º Caderno de Altos Estudos*, intitulado *Biodiesel e Inclusão Social*, ambos de autoria do Deputado Ariosto Holanda.

A energia proveniente da biomassa é uma tendência mundial na medida em que incorpora combustíveis renováveis à matriz energética. É um dos eixos portadores de futuro da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal.

Trata-se de tema de grande importância para o Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, e recorrente tanto nos fóruns nacionais quanto nos regionais. Temos construído uma sólida parceria com o Governo Federal, em especial com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem sido um parceiro ativo nesse processo.

Saúdo, então, o Ministro Eduardo Campos; o Dr. Francelino Grando, Secretário de Políticas Tecnológicas do Ministério; e o Dr. Rodrigo Rollemberg, Secretário de Tecnologia para Inclusão Social, pelos convênios que vamos assinar ainda hoje para desenvolvimento de pesquisa na área de biodiesel entre a FINEP e 9 Estados, numa primeira rodada: Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e São Paulo. Para uma segunda



rodada, serão assinados convênios com mais 12 Estados: Pará, Paraíba, Amapá, Rondônia, Sergipe, Acre, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Maranhão.

Também hoje assinaremos um acordo de cooperação técnica entre os 21 Estados que já desenvolvem programa de utilização de biodiesel no País, para fortalecer as ações estaduais no âmbito do Programa Nacional de Biodiesel, programa cujos principais pontos são: a criação de uma rede de cooperação de laboratórios para combustíveis com qualificação, atendendo às normas da ANP — a confiabilidade nos combustíveis é de extrema importância; a criação de uma rede de cooperação de laboratórios de motores com a qualificação necessária, atendendo às normas NBR; a troca de informações para a convergência metodológica para estudos de viabilidade técnica e econômica, o que é de grande importância para puxar a produção; a troca de informações de processo de produção, via craqueamento e de transesterificação, troca e cooperação — sem o pacote tecnológico não avançamos nesse processo; a troca de informações sobre diversas formas de uso de biocombustíveis na geração de energia para comunidades de baixa renda e/ou isoladas, o que dá grande amplitude para esse programa, sobretudo nos Estados com maior bolsão de pobreza; e a cooperação para o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas.

Na seqüência desse conjunto de instrumentos que serão assinados, haverá a primeira reunião entre os 21 Estados da Federação com o Grupo Gestor do Programa Nacional de Produção de Uso de Biocombustíveis. Serão discutidos, na perspectiva do Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia, temas de grande importância: o apoio financeiro do Ministério de Ciência e Tecnologia e do



Ministério de Minas e Energia para aprofundar as pesquisas, em rede, de adequação do biodiesel produzido no País para enquadramento às normas da ANP; o apoio à elaboração de estudos de viabilidade técnica, como também o maior aporte de recursos da EMBRAPA para estudos de zoneamento agroeconômico, que é de grande importância para o desenvolvimento.

Sr. Presidente, os pontos básicos desse programa são os seguintes: a forte preocupação com a inclusão social, sobretudo no semi-árido; a incorporação dessa região à fronteira agrícola do País; a geração de empregos; a capacitação de recursos humanos — seja na operação industrial, seja na pesquisa, seja na puxada da produção —; a discussão e a capacitação na área de qualificação de biodiesel, com rede laboratorial, assegurando confiabilidade, desenvolvimento de padrões e testes em frotas cativas, como também laboratório para a área de motores; a produção de combustíveis renováveis; a produção de energia para comunidades isoladas e o avanço de um pacote tecnológico para o País. Considero esse ponto de grande importância para a constituição de um complexo agroindustrial energético, gerador de inteligência nacional, de emprego e renda.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

*O Sr. Ariosto Holanda, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nazareno Fonteles, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Com a palavra o Prof. José Walter Bautista Vidal.

**O SR. JOSÉ WALTER BAUTISTA VIDAL** - Sr. Presidente, Deputado Ariosto Holanda, companheiro de muitos anos, há exatamente 27 anos, em reunião da diretoria da Mercedes, decidia-se a implantação do programa de biodiesel. No meio da reunião, por telefone, o presidente da Mercedes da Alemanha disse ao presidente da subsidiária do Brasil que a matriz não admitia o uso de combustível alternativo, a exemplo do biodiesel.

Lamentavelmente, estávamos no final da gestão e não tínhamos tempo suficiente de enfrentá-los, como fizemos com os produtores dos motores ciclo Otto, que chegaram a ir ao Presidente da República exigir o cancelamento do programa do álcool, dizendo que seus motores não comportavam combustível etanol. Evidentemente, tivemos de enfrentá-los e de mostrar, com dados técnicos e milhões de quilômetros rodados, que eles não conheciam os veículos que fabricavam. Nós conhecíamos os veículos, e eles não sabiam disso. *(Palmas.)*

Vinte e sete anos depois, esta reunião é um pouco melancólica para mim, mas também é motivo de alegria, porque um grupo de denodados brasileiros insiste em fazer valer nossos fatores de produção.

Na realidade, o mundo está em guerra, e é inexorável que a era do petróleo dos combustíveis fósseis já se tenha ido. Isso foi dito categoricamente no Fórum Mundial de Energias Renováveis, realizado em Bonn, em maio último. Afirmou-se que a era do petróleo já não existe, nem a da energia da fissão nuclear.

Na realidade, o futuro do mundo está na fusão nuclear. Só que o homem não domina o reator a fusão nuclear. Entretanto, existe um reator a fusão nuclear natural,



o sol. Esse reator pertence às regiões tropicais, e o Brasil é um país dos trópicos. O futuro depende de nós, e este mundo está muito perigoso. Do mesmo modo que se processou a invasão do Iraque, a do Irã se processará imediatamente, porque os Estados Unidos têm petróleo suficiente em seu território para apenas 4 anos. A situação é desesperadora. São os grandes causadores do efeito estufa. As grandes organizações ambientais exigem redução em 80% do consumo do carvão mineral. Entretanto, os Estados Unidos se recusam a assinar o Protocolo de Kyoto. Estão arrebatando o equilíbrio termodinâmico da ecosfera, praticando crime contra a humanidade.

Apesar de ter sido homenageado no fórum mundial realizado em Bonn, em maio último, saí de lá triste. Um professor alemão, referindo-se ao programa brasileiro, reconheceu que o único país capaz de realizar um programa de alternativa para os combustíveis fósseis estava retrocedendo. Realmente, chegamos a substituir 98% dos veículos ciclo Otto a gasolina por álcool; no ano passado, essa porcentagem foi reduzida a menos de 1%.

O programa do álcool brasileiro foi esmagado por forças internacionais deletérias, que estão contribuindo para a guerra. (*Palmas.*) Nós, brasileiros, não estamos correspondendo às expectativas do mundo. A solução das questões energética e ambiental, tão terríveis nas mudanças de climas, depende do povo brasileiro. E vamos provar que somos capazes. (*Palmas.*)

Apelo para a Presidência desta Casa, que no momento não se encontra presente, a fim de que converse com o Presidente Lula, que afinal é o nosso Presidente, no sentido de orientar seu Governo na direção da expectativa que todo o mundo espera do Brasil. Esta Nação tem em suas mãos o futuro da humanidade.





Não se trata de um futuro qualquer, é o futuro da energia. Sem energia, nada se move ou se transforma no universo. Ela é fundamental para a indústria, a agricultura, o transporte, a comunicação, a vida, as Forças Armadas, o movimento do cosmo, o átomo. Energia é um ente absoluto e total, é o poder.

O Brasil será a grande potência energética do planeta, porque é o único que tem o reator a fusão nuclear. Entretanto, os nossos dirigentes estão de costas para essa realidade. Não quero saber se é por incompetência ou covardia. Um fato é um fato.

Não podemos, ante nossos filhos, continuar nessa posição pusilânime e covarde. Temos competência. Demonstramos que, em nosso fantástico território tropical, temos ingredientes essenciais: o sol, o reator a fusão nuclear e a maior proporção de água doce do planeta. Faltam-nos coragem, valentia, dignidade e responsabilidade com os nossos filhos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Agradeço ao professor, que realmente falou com a energia e a garra de um jovem adolescente. O Sr. José Walter, que é conhecido por mim de outros fóruns, merece o nosso aplauso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Henrique Padilha de Castro, assessor técnico do Ministério da Integração Nacional.

**O SR. RICARDO HENRIQUE PADILHA DE CASTRO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, o Ministério da Integração Nacional, que tem no Ministro Ciro Gomes um defensor da viabilização do biodiesel no Brasil, agradece o convite que lhe foi formulado para se fazer presente neste fundamental e importante evento, que mais uma vez demonstra ser a Câmara Federal protagonista das discussões mais relevantes, que buscam levar nosso País ao destino que merece no contexto das nações.

A produção e o uso do biodiesel, que a humanidade espera seja uma realidade transformadora, como bem disse o palestrante anterior, podem e devem ser instrumentos para a redução das desigualdades regionais e para a ativação dos diversos potenciais do Brasil. Esse objetivo converge com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional — PNDR, proposta pelo Ministério da Integração Nacional.

O desenvolvimento regional, em todas as suas escalas e visualizações, entendido como resultante da geração de emprego e de renda no território nacional, é perfeitamente possível de ser acelerado pela dádiva da nossa natureza tropical, que permite, em todo o País, o crescimento das mais diversas matérias-primas do biodiesel, particularmente nas regiões de baixa renda e de baixo dinamismo econômico, como são as meso e microrregiões do Norte e do Nordeste.

As macrorregiões do Norte e do Nordeste apresentam características geográficas e humanas únicas no planeta: grande tempo de insolação, áreas



agricultáveis passíveis de manejo adequado, além de população habituada a muitas dificuldades, mas também bastante disposta a superá-las.

Energia é mais do que insumo. O biodiesel é, do ponto de vista social, mais do que o possível substituto natural do óleo diesel; é portador da capacidade de propiciar o almejado ciclo virtuoso do desenvolvimento brasileiro.

Antevendo essa possibilidade, o próprio Otto Diesel afirmou: *“Meu assunto é energia. Esse motor é apenas um pequeno passo”*. Ele foi pioneiro — como também o foi no Brasil o Prof. Expedito — do uso do óleo vegetal.

Otto Diesel, naquela época, já era contrário ao uso do petróleo como fonte principal de energia. Ele defendia o uso de energias renováveis. Entretanto, o professor, engenheiro e inventor Otto Diesel, estranhamente, desapareceu numa viagem no Canal da Mancha. Entrou num barco e não chegou do outro lado. Esse pode ter sido um pequeno e primeiro episódio da guerra aqui referida.

Para o desenvolvimento sustentável do Brasil como um todo, a diversidade de plantas oleaginosas produtoras de óleos vegetais — que são a matéria-prima principal para a fabricação do biodiesel — deve ser efetivamente apropriada como vetor transformador do atual paradigma energético. Os órgãos do Governo devem fazer a mudança, inclusive recebendo recursos compensatórios internacionais na forma de créditos de carbono dos combustíveis fósseis degradantes do meio ambiente, para uma matriz energética limpa, para energias renováveis, como é o biodiesel.

Para a Região Norte, em particular, considerando as diversas oleaginosas que podem ser encontradas até de forma espontânea, a produção de biodiesel pode ser portadora da solução definitiva da geração de eletricidade que atualmente se faz



com uso de subsídios, cobrados de todos nós, brasileiros, por meio da Conta de Consumo de Combustíveis — CCC, responsável pelo gasto anual de 2 bilhões de reais, que podem e devem ser direcionados a usos alternativos e principalmente para uso de biodiesel.

O Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste, devido a suas particularidades, só têm a ganhar, seja pela sua diversidade cultural, seja pela produção e consumo de uma energia limpa.

Para mudar a matriz que gera desperdícios, mantém dependência internacional e entrava o desenvolvimento regional sustentável, sem falar na finitude de custos crescentes do petróleo, o Ministério da Integração Nacional se propõe a participar, com os instrumentos e mecanismos estruturantes da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional e plenamente harmônico com os demais órgãos de todas as esferas da Federação, do desenho apropriado para a viabilização dessa formidável alternativa energética em discussão.

Por fim, em nome do Ministério da Integração, quero parabenizar especialmente o Deputado Ariosto Holanda, grande defensor do Brasil e da alternativa energética pura e limpa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Obrigado, Dr. Ricardo Henrique Padilha de Castro, Assessor Técnico do Ministério da Integração Nacional.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Convido para fazer uso da palavra o Sr. Mário Sérgio Trento, Diretor do Instituto Volta ao Campo de Desenvolvimento Rural — IVC, de Uberlândia.

**O SR. MÁRIO SÉRGIO TRENTO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, senhores convidados, agradecemos ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, o convite para participarmos deste evento.

À Deputada Mariângela Duarte, agradecemos por ter provocado a primeira audiência pública, em 7 de maio de 2003, sobre biodiesel e a conseqüente indicação ao Governo Federal para criação de um grupo de trabalho sobre o assunto, sempre nos apoiando e indicando para apresentação, nas oportunidades que se sucederam, de nosso programa Biodiesel e Sistema Volta ao Campo de Assistência Técnica. Preocupada com a geração de empregos e distribuição de renda daí advindos, a Deputada percebeu a importância e a magnitude do projeto. Embora de São Paulo, ela sempre nos ouviu, independentemente de não pertencermos à sua base eleitoral.

Ao Deputado Ariosto Holanda, agradecemos por seu trabalho na Comissão de Ciência e Tecnologia e pela reinstalação do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, indicando como primeiro assunto a ser discutido naquele conselho o biodiesel, que passou a ser integrado à inclusão social. Agradecemos, ainda, ao ilustre Deputado o convite que então nos fez para apresentar nosso programa na videoconferência realizada em 5 de novembro de 2003.

Em razão de todo o trabalho até aqui mencionado, o biodiesel passou a ser entendido como a grande oportunidade de inclusão social de milhões de brasileiros



do campo e das cidades. Não foi sem razão que o GT-Biodiesel, em seu relatório final, recomendou, entre outras coisas:

*“Inserir, de forma sustentável, a agricultura familiar nas cadeias produtivas do biodiesel como vetor para o seu fortalecimento, apoiando-a com financiamentos, assistência técnica e organização produtiva, visando à oferta de matérias-primas de qualidade e em escala econômica, assim como a participação dos agricultores familiares e suas associações como partícipes de empreendimentos industriais, de modo a ampliar os benefícios socioeconômicos auferidos”.*

Em obediência a essas recomendações, podemos informar que, em conjunto com a Prefeitura de Uberlândia, uma cooperativa de pequenos produtores de leite e duas associações de assentados da reforma agrária, com apoio da SAF/MDA, implantaremos uma usina de biodiesel com capacidade de produção de 3 milhões de litros por ano, cuja matéria-prima será fornecida por 400 agricultores familiares e assentados da reforma agrária, ainda com o diferencial de que estes serão cotistas da indústria, agregando valores ao seu produto. *(Palmas.)*

Mas o diferencial maior é que eles terão assistência técnica intermultidisciplinar pró-ativa e permanente pelo Instituto Volta ao Campo de Desenvolvimento Rural, diferencial esse que irá promover a oferta regular de matéria-prima para a produção de biodiesel, pois, diferentemente do petróleo, a produção de oleaginosas depende de um conjunto de fatores que são praticamente impossíveis de controlar, muitas vezes impossíveis de prever, como condições



climáticas e outros. Portanto, somente com assistência técnica presencial e relação compatível entre número de assistentes técnicos e produtores consegue-se minimizar esses problemas e manter aquela oferta regular.

Citamos aqui o exemplo do PROÁLCOOL, idealizado pelo Dr. Bautista Vidal, aqui presente, e que, em síntese, seriam pequenas indústrias produtoras de álcool, instaladas nas cidades do interior e que processariam a matéria-prima que melhor se adaptasse à região e advindas da agricultura familiar. Hoje não há necessidade de se informar o que aconteceu com esse programa, por melhor que seja.

Também relembramos, citando Antônio René Iturra, em seu estudo *Análise Histórica das Microdestilarias de Álcool no Brasil*:

*“A evolução do programa, entretanto, foi desvirtuada com o passar do tempo, com a justificativa pífia de que ganhos de produtividade decorrentes da grande escala de produção, principalmente, recomendavam a instalação de unidades industriais cada vez maiores e a conseqüente monocultura em grandes extensões contínuas de terras de boa qualidade. Inicialmente, esse programa foi pensado para geração de emprego, renda e desenvolvimento regional — exatamente como hoje é idealizado o Programa Nacional de Biodiesel”.*

Conscientes de tudo isso, apresentamos a alguns Ministérios e a alguns Deputados Federais, entre janeiro e março de 2003, um programa completo para instalar 1.800 usinas de produção de biodiesel conjuntamente a 1.800 módulos de



assistência técnica. Naquela ocasião, apresentamos à Deputada Mariângela Duarte esse programa, que indicava, além da forma de operacionalização, seus custos, tecnologia e fontes orçamentárias para seu custeio, sem necessidade de acréscimo no Orçamento.

Somente para se ter uma idéia, caso seja implantada uma usina em cada um dos Municípios brasileiros (cerca de 5.500), nos moldes da de Uberlândia, seriam gerados 82 mil empregos diretos nas usinas, 4,4 milhões de empregos indiretos no campo e nas pequenas propriedades e, caso levássemos em consideração os empregos e oportunidades de trabalho gerados em consequência da movimentação econômica, teríamos um total de 13 milhões de empregos.

Para concluir, partindo da premissa de que se tem conhecimento através da mídia de que o Governo deverá autorizar a adição de 2% de biodiesel ao diesel fóssil e autorizar sua utilização em frotas cativas, vimos sugerir que se permita sua comercialização pura, no mínimo em cidades mais distantes dos locais onde ele será adicionado ao diesel.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nazareno Fonteles) - Com a palavra o Sr. Neddo Sandro Marcello Zecca, representante da Proenco Brasil.

**O SR. NEDDO SANDRO MARCELLO ZECCA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pertenço a uma empresa chamada PROENCO Brasil, que há 2 anos desenvolve projetos de biodiesel e está pronta para começar a instalar unidades no País. Já temos investidores externos e estamos aguardando as decisões de parte da ANP para resolver as questões básicas e fundamentais relativas à especificação.

É necessário que o Brasil saiba em que vai aplicar o biodiesel. Existem 3 mercados básicos para a utilização do biodiesel no mundo. Vou reservar-me exclusivamente à Europa.

Na Europa, o biodiesel B100 é utilizado como combustível pela Alemanha, por legislação autorizada e isenção completa de tributos. Não existe o *blend* na Alemanha, onde só é autorizado o *blend* de álcool à gasolina, tanto metanol como etanol. Na Itália, o biodiesel é utilizado para aquecimento domiciliar, havendo isenção tributária completa. Na França, várias cidades trabalham, desde 1992, com *blends* específicos de 5%, 10%, 15%, 20%, 30%, 40%, criando o que se chama de histórico. Há grupo de franceses, apoiado por Citroën, Peugeot e Renault, montando banco de dados. Já jogaram mais de 240 milhões de quilômetros sobre isso.

Repito: o Brasil precisa saber o que quer fazer com o biodiesel. Se pretende vender excedentes para a Europa, terá de se ajustar às normas europeias. Os europeus estabeleceram normas para B100, EN-14214. Por que isso? Porque a Volkswagen e a Mercedes-Benz afirmam que, com esse produto, está garantido o motor.



A Itália usa a norma EN-14213 para queima. Noventa por cento do combustível de biodiesel é usado em aquecimento domiciliar, o que lhe permite utilizar outras oleaginosas que não tenham as mesmas garantias da norma EM-14214. Na França, é exclusivamente para *blend*.

Penso que o Brasil pode se tornar o principal fornecedor de biodiesel para a Europa. Ela não possui terras e tem projeto de, até o ano 2010, utilizar 14% das áreas agricultáveis. Não pode ir além disso, sob pena de tirar área para plantação de alimentos. Está, portanto, limitada. O momento é propício para o País participar desse modelo e entrar no fornecimento de etanol para a mistura aprovada pelo Governo alemão.

Itália e França poderão comprar biodiesel do Brasil tanto para queima quanto para *blend*. Não excluímos nenhuma das oleaginosas existentes no País, mas concentramos o nosso projeto basicamente no girassol, que julgamos ser a principal oleaginosa de produção de biodiesel, principalmente pelas suas externalidades. Ela não é a primeira cultura. Sendo assim, vamos aproveitar a ociosidade dos equipamentos nas fazendas. Ela pode trabalhar consorciada na rotação com o milho, com a soja, com o feijão, aumentando a produtividade e proporcionando outras vantagens.

Quando se fala em trazer recursos às regiões menos carentes deste País, considero importante e fundamental que essas comunidades recebam tratamento privilegiado, no que se refere ao fornecimento da matéria-prima básica. Mas é necessário contar com apoio no processo de transesterificação para garantir que o produto que sai de lá tenha qualidade.



Tenho posição um pouco discordante em relação à obrigatoriedade da inclusão de 2% de biodiesel ao óleo diesel. Essa porcentagem distribuída ao Brasil vai gerar uma logística de custo extremamente elevada. Penso que nessas mesmas regiões em que se tem a produção do biodiesel pode-se dar incentivos para que usem como B100 ou B30, não necessariamente transportando aos grandes centros. Todos esses Estados são importadores de petróleo. Dessa forma seria reduzida a dependência deles e haveria maior geração de receita permanente na região.  
*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Obrigado.

*O Sr. Nazareno Fonteles, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ariosto Holanda, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nazareno Fonteles.

**O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo a equipe da Câmara que, juntamente com os representantes da academia, produziram esse trabalho de grande importância social e econômica, em especial o Deputado Ariosto Holanda, pelo seu empenho nessa causa.

No Piauí, estamos tendo experiência com o biodiesel, na universidade, na parceria da iniciativa privada com o setor público, em busca da inclusão social no campo — experiência que a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Patrus Ananias conheceram junto com o Governador Wellington Dias na cidade de Canto do Buriti, no sul do Estado. Portanto, o assunto interessa muito a todos os brasileiros, em especial ao povo nordestino, por toda a sua carência.

No que diz respeito ao projeto de lei, quero chamar a atenção para a importância do financiamento, no sentido de valorizar as cooperativas e associações dos pequenos agricultores.

Apresentei nesta Casa projeto de lei que estabelece a poupança fraterna e o limite máximo de consumo — projeto que causou muita polêmica. Lembro-me de que nele consta a previsão de financiamento a partir da poupança fraterna, com juro quase zero, exatamente para poder haver subsídio. Sessenta por cento desse fundo seriam destinados às cooperativas e associações de pequenos empreendedores de todas as áreas, e, no caso, estaria incluído o biodiesel.

A proposta constante da lei do biodiesel está no rumo da poupança fraterna. Mas há a seguinte polêmica: no projeto de lei que estabelece essa poupança, aponto uma nova fonte para absorver o recurso sem ser por meio de impostos, e,



sim, do empréstimo compulsório para aqueles com renda 10 vezes acima da renda média do Brasil. Alcançaria, hoje, quem ganha acima de 9 mil reais. Essas pessoas fariam a contribuição na forma de empréstimo de caráter social, para financiamento a pequenos empreendimentos, à pequena e à microempresa que nascem nas incubadoras universitárias, fazendo-se, portanto, uma ponte com a ciência e a tecnologia.

O nosso projeto abrange outros setores na área de saúde e educação, sempre buscando a inclusão social.

Quero apenas chamar a atenção para o fato de que o Governo, não só por causa desse projeto, mas de vários outros, vem pensando na busca do pleno emprego. É um absurdo que o índice de desemprego no País beire os 13% e não façamos um mutirão, um esforço do Legislativo, do Executivo e da iniciativa privada, para que, de fato, possamos financiar os pequenos produtores, a fim de democratizar a riqueza, distribuir a renda.

Vemos hoje que a concentração de renda é a grande vergonha nacional. Aquele gráfico que ali está mostra que uma pequena parte da elite tem renda equivalente a toda a renda dos 50% mais pobres.

Os programas econômicos foram ineficientes. A nossa Constituição, com mais de 15 anos, diz que temos de combater as desigualdades sociais e regionais, erradicar a pobreza, buscar pleno emprego, proteger de forma especial a pequena e a microempresa, e tudo isso ainda está aí para ser implementado.

Espero que o projeto relativo ao biodiesel possa ser mais um instrumento para incentivar outras conquistas legislativas, combata a desigualdade e busque a distribuição de renda, a fim de que possamos ter um país socialmente mais justo, mais fraterno e mais solidário, como previsto no preâmbulo da nossa Constituição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Concedo a palavra ao Deputado Amador Tut.

**O SR. DEPUTADO AMADOR TUT** - Sr. Presidente, nobres pares, equipe que vem trabalhando desde os anos 70 nesse projeto — não é tanto tempo assim, porque a nossa biomassa não se modifica em tão curto espaço de tempo —, não quero falar sobre o biodiesel propriamente, mas sobre sua utilização. Tenho uma empresa de transporte coletivo em Cuiabá. Usamos o biodiesel desde 1994 numa frota bastante consolidada em número de veículos.

Já construímos em Mato Grosso uma destilaria para o biodiesel, que já extraímos de vários derivados, mas no nosso Estado usamos sempre a soja, que é mais econômica.

Não temos de discutir a necessidade de sua utilização, mas as localidades onde devem ser implantadas as indústrias que vão gerar o biodiesel.

O nosso principal consumo ainda é de álcool, porque o biodiesel somente entrará no percentual de 2% ou de 2,5%.

A finalidade do biodiesel é ser transformado. O diesel que temos, isto é, o mineral fósforo, não é líquido-gasoso, mas oleoso-particulado. Então, quando o álcool lhe é adicionado, eles não se unem. Precisamos usar esse derivado, que é obtido de quase todos os grãos e verdes.

Como disse um companheiro que me antecedeu, o girassol é importante, porque está em sua segunda safra anual. Mas o amendoim, o dendê e a mamona também o são.

O que importa é fazermos o Brasil ter representação mundial, porque o mundo somente nos deixará usar esses produtos no dia em que souber que



estamos fragmentados e devendo dezenas de vezes a nossa produtividade de 100 anos.

Primeiro, o mundo quer que o Brasil quebre. Todos os dias, pagamos juros. Dessa forma, daqui a alguns dias não teremos mais nada, e eles poderão nos deixar ser pioneiros em qualquer sistema. Isso porque nós não teremos mais ar para respirar.

Podemos aproveitar tudo aquilo em que pensamos. O biodiesel transforma os detritos em realidade. Quando jogamos fora um produto, estamos transformando-o em realidade.

Por exemplo, em relação às nossas hidrelétricas, quando resolvermos usar 2% de biodiesel e 8% de álcool, por meio do bagaço da cana-de-açúcar, teremos uma produção de energia incalculável. E tudo isso pode ser feito na própria região. Não precisaremos mais construir redes de alta tensão de 3.000 ou 4.000 quilômetros. Tudo será localizado nas regiões onde vamos produzir e consumir.

No Brasil, temos um problema sério nas margens do paralelo 13º, até o paralelo 8º. Sabemos que o nosso consumo de energia é muito grande no período de junho a novembro. Todas as nossas represas ficam secas. De fato, não precisamos de nossas represas nesse período; vamos utilizá-las somente depois de novembro ou dezembro, quando elas jorram água. É muito melhor deixar nossas represas com bom nível aquático — como a de Sobradinho, que está com mais 10 metros de água — do que secas, quando perdemos toda a fauna, que não encontra espaço para sobreviver.

Então, é insignificante dizermos que o biodiesel é necessário. Precisamos resolver onde colocá-lo. Não podemos colocá-lo no Sul, porque há geada e uma



série de problemas no decorrer do ano; também não muito ao norte. Temos de usar esse mediano, próximo ao Equador, porque aqui o dia tem a durabilidade de mais de 13 horas. Não temos mudanças no clima, não temos falta de luz, não temos erro.

Devemos lembrar que todas as outras safras que produzimos em várias regiões, seja em 2 ou em 3 plantios, permanecem em média 60 dias de cada vez. Na área utilizada para transformarmos o biodiesel, são necessários no mínimo 10 meses do ano colhendo e 10 meses plantando. Não dá para acreditar que vamos continuar dizendo que não vai dar certo.

Já transportamos óleo fóssil. Até para transportar o biodiesel ou o produto da cana já temos caminhão ou trem indo e voltando vazio. Levamos 10% para lá e trazemos 2% para o lado de cá, aproveitando as cargas. Andamos com a locomóvel vazia. Ela anda 10 quilômetros cheia e 10 quilômetros vazia. Vamos andar cada metro com ela cheia.

Sr. Presidente, ainda temos de falar muitas vezes sobre o assunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Obrigado, Deputado Amador Tut. Seria oportuno que V.Exa. mandasse suas sugestões por escrito para o Conselho.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Concedo a palavra à nobre Deputada Mariângela Duarte.

**A SRA. DEPUTADA MARIÂNGELA DUARTE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados, técnicos, representantes do Governo, tenho enorme apreço por este tema.

Quero parabenizar o Grupo de Altos Estudos, particularmente o querido Deputado e amigo pessoal Ariosto Holanda, na Presidência neste momento, uma das grandes cabeças na defesa do biodiesel e de todo o processo de energia renovável.

Tenho a alegria de comunicar — depois entregarei artigo a respeito do tema, que peço seja publicado — que em 7 de maio do ano passado, no início do Governo, realizamos grande audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual os 2 Deputados aqui presentes são membros permanentes. Em vez de convidarmos Ministros, convidamos pessoas que já lidavam com biodiesel no Brasil há muitos anos e que fizeram uso da palavra. Se convidássemos os Ministros, os demais não poderiam se pronunciar. Decidimos por essa forma, e foi interessante o debate.

A partir daquela audiência, o Governo entendeu que não poderia mais adiar os estudos sobre o biodiesel. Parti para um diálogo direto com o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que detém posição estratégica neste Governo. Em junho estive com S.Exa. e deliberamos que seria criado o grupo de trabalho para o biodiesel, envolvendo 9 Ministérios.

Acompanhei esse grupo de trabalho no que pude, porque a vida nesta Casa não nos permite uma regularidade de horário. Fiquei muito feliz, porque eu havia



---

travado uma luta intestina para que o grupo de trabalho interministerial do Governo Lula, com 9 Ministérios, não deixasse de fora a inclusão social.

Como me ensinou o Movimento Volta ao Campo — agradeço as palavras generosas de Mário Trento a meu respeito —, para fazer a inclusão social, tínhamos de fazer um elo de ligação direta com a agricultura familiar e com a assistência técnica, sem o que o pequeno sempre ficará esquecido. Assim, não precisaríamos, de maneira nenhuma, ampliar as fronteiras agrícolas; bastaria usar a poupança oculta do campo. Ainda assim o agronegócio, tão poderoso para a balança comercial, não gostou muito do projeto que elaboramos juntamente com o Governo.

Quero elogiar o relatório, no qual se teve o cuidado de prever a inclusão social, porque mencionou-se com clareza que, se somos os maiores produtores mundiais das oleaginosas, com mais de 40 espécies, e de outras matérias-primas, era inconcebível que não aplicássemos isso nos assentamentos rurais, na agricultura familiar, e com um processo de ida e volta, que é a assistência rural, porque isso acabou no Brasil.

Ouvi Deputados dizerem que há um Governo em São Paulo, que completará 10 anos, que acabou com a CAT no Estado. A todo momento a EMBRAPA vem à Casa pedir socorro. É inconcebível que deixemos aquele que desenvolveu a agricultura no Brasil ao relento.

Sinto alegria por realizar trabalho conjunto com o Deputado Ariosto Holanda, pois, apesar de sermos de partidos diferentes — S.Exa. do PSDB e eu do PT —, nosso trabalho nunca ficou limitado por essa razão.

A Comissão que discutia o biodiesel se esqueceu de destinar verba no Orçamento para essa área. A Comissão de Ciência e Tecnologia, com o apoio de



todos os seus membros, aprovou emenda desta Deputada ao PPA no valor de 15 milhões de reais para o biodiesel. Era um primeiro passo.

Temos de ser mais ousados. Vários oradores disseram isso. A cidade de Cássia, em Minas Gerais, produz biodiesel há 33 anos. Uberlândia, com projeto pioneiro, terá sua frota inteira movida a biodiesel, assim como Piracicaba, no Estado de São Paulo.

Apenas o B2 é posição muito pequena e acanhada para um Governo popular. Temos no Congresso o Grupo de Altos Estudos, do qual ainda farei parte, se Deus quiser. É fundamental dizer o seguinte aos senhores: no Congresso Nacional há Deputados que cerram fileiras com a questão do biodiesel. O Brasil não pode deixar de ousar para obter posição de destaque em termos mundiais.

Nem a Europa nem os Estados Unidos receitarão o que devemos fazer. Conhecemos a lição. (*Palmas.*) Desculpem-me os representantes estrangeiros, mas temos tecnologia, temos matéria-prima em abundância, temos território, não precisamos abrir novas fronteiras agrícolas e sabemos o que queremos.

Precisamos de ousadia e decisão política. O Congresso está alerta e forma fileiras com todos os que lutam pela energia da biomassa e pela energia limpa e renovável.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARTIGO A QUE SE REFERE A ORADORA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 175.2.52.O**  
**Data: 26/8/2004**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 58 A 58-A)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Destaco que me considero uma pessoa de sorte, Deputada Mariângela Duarte, porque, na época em que ingressei na PETROBRAS, tive como professor o mestre Bautista Vidal. Aprendi muito com ele, inclusive depois, quando estava à frente da Secretaria de Tecnologia Industrial. Ele é o pai da criança. Sempre que se falar sobre biomassa no País, o primeiro nome a ser destacado é o de José Walter Bautista Vidal.

Também tive a sorte de conviver com o professor e inventor Expedito Parente, a quem não só o Ceará, mas todo o País deve muito.

A propósito, hoje, no programa *Globo Rural*, ouvi a notícia de que o Governador Lúcio Alcântara, junto com o Prefeito de Quixeramobim, está implantando a primeira unidade de biodiesel naquele local.

Esse foi um trabalho do Prof. Expedito Parente, e o mesmo estão fazendo o Governador Wellington Dias, no Piauí, e o Prefeito de Varginha, onde está sediada aquela unidade.

Essas duas pessoas, portanto, são referências importantes no meu trabalho, sem mencionar que, com o determinado e persistente Prof. Bautista, aprendi a ter persistência.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Gervásio Oliveira.

**O SR. DEPUTADO GERVÁSIO OLIVEIRA** - Sr. Presidente, Deputado Ariosto Holanda, Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Secretários de Estado, representantes dos diversos Ministérios, professores de universidades e convidados presentes, hoje é um dia especial nesta Casa, porque o discernimento que a classe científica brasileira tem de Norte a Sul deste País é o de que esse programa veio para ficar.

Parabenizo o Presidente Lula pela sensibilidade que tem demonstrado, bem como o Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, que nos tem dado irrestrito apoio para que esse programa possa se enraizar e, assim, mudar nossa realidade e fazer com que os desafios nacionais sejam superados.

Tenho dito que o maior desafio que o Presidente Lula tem e que, certamente, vai encarar é exatamente o de vender as desigualdades regionais. E esse projeto, Deputado Ariosto Holanda, vem ao encontro daquelas regiões mais discriminadas, vem impulsionar a economia do semi-árido, do Nordeste e também da minha região amazônica.

Sou de um Estado pobre, em que as comunidades são bem isoladas, assim como em tantos outros Estados da Amazônia, porque essa é a tônica da nossa região. Certamente, se não for a mais pobre, a Amazônia é uma das mais pobres deste País. Por isso, é preciso que o programa relativo ao biodiesel seja ali implantado de imediato, para que, na realidade, venha a acontecer a inclusão social da qual tanto se fala e que, certamente, vai atuar em conjunto com o programa de sustentabilidade implantado pelo Presidente Lula. Se não houver um projeto para que as comunidades locais possam produzir, não haverá sustentabilidade.



Com esse projeto, pelo simples fato de se produzir o biodiesel, já está inclusa a sustentabilidade. Afinal, trata-se de um incentivo econômico para aquela comunidade produzir e, assim, se sustentar.

Logo que cheguei a esta Casa, há 3 meses e meio, ao obter informação sobre o projeto do biodiesel, procurei o Deputado Ariosto Holanda — que, sem sombra de dúvida, é um abnegado — e lhe disse que lutaria ao seu lado a fim de que a proposta pudesse ser viabilizada.

E, aí, nós dois assinamos um projeto de indicação, que foi referendado pela Comissão da Amazônia e encaminhado para o Presidente Lula, com o objetivo de ser criada uma agência de pesquisa e de desenvolvimento para fomentar principalmente as pequenas comunidades, as regiões mais discriminadas, por intermédio dos diversos agentes financeiros — o BNDES e tantos outros. Essa agência se responsabilizaria pela identificação desses investimentos, nacionais ou internacionais.

Já temos, entre outras, a ANEEL, a Agência reguladora de energia elétrica, e a ANP, a Agência reguladora do petróleo. Tenho absoluta certeza, pela sensibilidade do Presidente Lula e do Presidente João Paulo, que logo será criada também a Agência nacional destinada a fomentar e pesquisar o biodiesel.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que, com a colaboração de assessores parlamentares desta Casa, apresentei à Câmara dos Deputados projeto sobre o assunto, que foi muito bem estudado. Para elaborar essa proposta e evitar possíveis distorções, principalmente quanto à produção e comercialização dos biocombustíveis, assessores de vários Ministérios foram ouvidos.



Leio apenas alguns tópicos da justificativa desse projeto, que dispõe sobre a produção e comercialização de biocombustíveis por produtores de até 30 mil litros por dia, pequenos produtores, portanto.

Destaco:

*“Atualmente, a norma de maior importância na definição da estrutura de comercialização de combustíveis automotivos é a Portaria nº 116, de 5 de julho de 2000, expedida pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, que estabelece os critérios para o exercício da atividade de revendedor varejista de combustíveis automotivos, inclusive álcool combustível.*

*Essa portaria promove uma centralização das atividades de comercialização de combustíveis. O combustível só pode ser vendido no varejo por um posto revendedor, que, por sua vez, só pode adquirir o produto de empresas distribuidoras. Essa centralização pode até ser indicada para combustíveis derivados de petróleo, mas não é a mais adequada para biocombustíveis.*

*Essa portaria faz com que o álcool hidratado produzido em uma cidade do interior tenha que ir para os tanques de armazenamento de uma distribuidora, em cidade muitas vezes distante, e depois voltar para a região de produção. A venda direta de álcool hidratado da microdestilaria para postos revendedores da região ou*





*para os consumidores finais eliminaria esse 'passeio' e poderia trazer grandes benefícios para os pequenos produtores locais”.*

Exemplifico, Sr. Presidente. Uma cidade que produz álcool lá no interior do Nordeste tem de revender para uma distribuidora cuja sede, às vezes, fica em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro. Depois esse mesmo combustível volta para aquela cidade do interior por um preço infinitamente maior.

O meu projeto pretende exatamente reparar essa distorção, fazer com que o combustível produzido no interior de um Estado nordestino, cuja produção atinja até 30 mil litros por dia, possa ser distribuído na mesma cidade, o que vai baratear os custos e também a produção de outros itens.

Sr. Presidente, Deputado Ariosto Holanda, parabéns pela iniciativa e por sua luta. Parabenizo também o Deputado João Paulo Cunha e o Presidente Lula pela sensibilidade e por abraçar essa causa e esse projeto, que certamente vai mudar, e muito, a economia do País, sobretudo no que diz respeito ao agronegócio no Nordeste e na Amazônia.

Também agradeço aos profissionais desta Casa — não vou citar nomes para não cometer injustiça — e dos Ministérios. Com muita ênfase, ressalto que todos estamos abraçando essa causa em favor do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ariosto Holanda) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela iniciativa de encabeçar este debate na Casa.

Senhoras e senhores, no dia 11 de agosto, em Porto Velho, foi realizado um seminário sobre biodiesel, com a participação da comunidade acadêmica, de setores da sociedade civil, de trabalhadores rurais, do Prof. Parente, de diversos professores das universidades do Amazonas e de representantes da ELETROBRÁS, ELETRONORTE e Centrais Elétricas de Rondônia. Esse seminário foi o pontapé inicial para a discussão que estamos a travar na região amazônica sobre o modelo a ser adotado na área. Nossa preocupação é a de não termos um modelo único, mas de adotar adequado modelo para o Nordeste, que possui características e meio físico próprios e diversidade ecológica.

A Amazônia precisa ser enfrentada de maneira diversificada. O processo referente ao biodiesel tem de ser integrado, fazer surgir novos produtos e articular melhor a produção, para que vários outros subprodutos possam melhorar a qualidade de vida dos amazônidas. É preciso, principalmente, haver harmonização com o meio ambiente e com a nossa biomassa.

Temos o exemplo do PROÁLCOOL, importante fator para a autonomia do Brasil na década de 70, programa que buscou tirá-lo da dependência do consumo de petróleo importado. Entretanto, o modelo agrário adotado, a monocultura, causou distorções e relações trabalhistas inadequadas, como os bóias-frias. Além disso, a monocultura exigiu o uso exagerado de defensivos e fertilizantes. Esse o ônus que o



País precisou pagar naquele momento para tratar o biodiesel dentro da região amazônica, que tem expressiva riqueza e biodiversidade.

Talvez a principal diferenciação entre essa região e as demais seja a diversidade ecológica. Logo, qualquer atividade econômica que possa gerar ocupação e renda tem de estar adequada à nossa realidade.

A oleaginosa da floresta é muito rica, talvez possa oferecer ao povo brasileiro, como afirma o Prof. Parente, um biodiesel *premium*. Pode ser que não seja necessário misturá-lo com o diesel gerado do petróleo, e, sim, de maneira direta, para que o produtor, o caboclo amazônico, o ribeirinho e o indígena possam utilizar esse combustível na movimentação dos seus motores para gerar energia elétrica, movimentar sua voadeira, sua máquina de debulhar arroz e milho. Poderia gerar subprodutos, como a parafina e outros insumos advindos da transformação das oleaginosas. Ou seja, a utilização não se restringiria apenas ao combustível.

Travamos esse debate no Estado de Rondônia e vamos fazê-lo com a bancada da Amazônia na Câmara dos Deputados. Não devemos copiar modelos que poderiam dar certo no Nordeste, no semi-árido, no Centro-Oeste, porque teríamos grande dificuldade em implementá-lo de maneira similar na região amazônica.

Hoje, há grande discussão na Amazônia sobre como preservar suas florestas, como tirar o maior proveito dessa riqueza florestal sem destruição. Por 3 décadas, a Amazônia foi ocupada pela monocultura agroexportadora, pela pecuária de corte e pela extração de corte raso de madeira. É preciso colocar uma trava nesse modelo, para convivermos em harmonia com as florestas e, ao mesmo tempo, gerar emprego



e distribuição de renda para as comunidades tradicionais e para os novos migrantes que aportaram na região amazônica buscando melhor local de vida.

Trataremos do assunto nesta Casa e, de antemão, convido o Prof. Parente a, com a bancada da Amazônia, discutir novos e adequados modelos, haja vista a necessidade do sistema produtivo do biodiesel, levando-se em conta a biodiversidade da região amazônica. *(Palmas.)*



### **V - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Ariosto Holanda) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que hoje, quinta-feira, dia 26 de agosto, às 15h, haverá sessão solene em homenagem à 4ª Década da Bossa Nova.



**O SR. PRESIDENTE** (Ariosto Holanda) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 27, às 9h, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 175.2.52.O**  
**Data: 26/8/2004**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

*(Encerra-se a sessão às 13 horas e 6 minutos.)*